



FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS EM ALAGOAS

Felipe dos Santos Ibiapino¹⁸
Hellen Ferreira dos Santos¹⁹
Tamires Anabergue da Silva²⁰

Resumo: O objetivo desse trabalho é mostrar que por muito tempo a educação escolar para os indígenas funcionava com a intervenção dos colonizadores desde século XVI, através de missões religiosas e, posteriormente, por órgãos federais, que não respeitavam as particularidades culturais dos povos indígenas, buscando exclusivamente integração à sociedade nacional. Em Alagoas, os rituais ocorriam as escondidas, especialmente entre o fim do século XIX até meados do século XX por medo de retaliações das autoridades da época. Após a constituição de 1988 houve aprofundamento das discussões para efetivar uma educação escolar que assegurasse o direito à diferença e especificidades étnico culturais. Ao tratar sobre a formação de professores indígenas, em Alagoas, foi implantado o Programa de Apoio a Formação Superior e Licenciatura Interculturais Indígenas-PROLIND, sendo responsável pelo programa a Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL. A graduação funcionou entre os anos 2010 a 2015 com 80 graduandos, nas áreas de Pedagogia, Letras, Artes, literatura, Matemática e Ciências Sociais e Naturais.

Palavras – chave: PROLIND. Professores indígenas. Escola indígena.

Introdução

O presente artigo é uma análise sobre os processos da construção da educação escolar indígena diferenciada na legislação educacional brasileira, no contexto das práticas de educação superior indígena em Alagoas, partindo do princípio de igualdade, apoiado na Constituição Federal de 1988.

¹⁸ Graduando em Geografia Campus I da Universidade Estadual de Alagoas. Email: felipe.uneal@outlook.com.

¹⁹ Graduanda em Geografia Campus I da Universidade Estadual de Alagoas. Email: hellensantosuneal@gmail.com.

²⁰ Graduanda em Geografia Campus I da Universidade Estadual de Alagoas. Email: tamires.anabergue@gmail.com.



Após a constituição de 1988 começou se aprofundar as discursões para efetivar a educação escolar assegurando o direito á diferença e especificidades étnicoculturais. Com isso é estabelecido através da LDB (9394/1196) – artigo 78 “o sistema de ensino da união, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas [...]”, e da PNE (2014-2024) que traz a afirmação da necessidade de que a gestão da educação nacional preze pelo direito a educação dos povos indígena.

É de competência do sistema estadual de educação, auxiliar à formação dos professores indígenas, para assim oferta uma educação escolar diferenciada como é discutido nas referencias curriculares. É fundamental que o estado por meio de programas, projetos e ações coloque em prática o que é demanda a Legislação com relação aos direitos dos índios quanto à educação específica, diferenciada e de qualidade.

Como iniciativa do governo federal cria-se o Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, como o intuito de que haja um avanço na história dos indígenas no Brasil, nesse artigo vamos especifica o que aconteceu em Alagoas, pois a Universidade Estadual de Alagoas é a primeira no estado a dar acesso ao direito de formação superior aos indígenas conforme a LDB designa. Essa inserção dos índios na universidade é mais um capítulo da luta indígena no Brasil por uma educação com pedagogias próprias a sua cultural.

Contexto histórico da educação indígena

Os indígenas enfrentam intervenções colonizadoras desde o século XVI com a chegada dos portugueses para colonizar as terras brasileiras. A sociedade colonial vinha os povos indígenas como primitivos e atrasados de que só evoluiria com civilização por meio dos colonizadores, esse pensamento sobreviveu por muitos séculos. Com isso cresceu as políticas de colonização, com o intuito de fazer deles “civilizados” ou “salva-los”, isso iria acontecer através das missões jesuítas que



tinham o intuito de conseguir também mais fies para igreja católica. Recebiam um tratamento discriminatório e violento, muitos povos foram extintos e outros resistiram, os que resistiram atualmente vivem sem uma parte dos elementos culturais para sua identidade ancestral, como a língua materna.

Por conta das violências e preconceitos que sofriam os indígenas foram cada vez deixando mais a sua língua materna de lado. Por isso é tão importante às lutas em busca de cursos de formação para professores indígenas, amparadas na Constituição Federal de 1988 e na LDB de 93/94/1996, que asseguram a educação de escolaridade indígena diferenciada no Brasil. Os índios começam a ser alfabetizados em português devido à proibição da pronuncia nativa, como resultado disto os povos deixam cada vez mais de lado a prática da língua materna, principalmente os do nordeste já que invasão dos colonizadores inicia-se no litoral brasileiro. “Apesar do violento processo de destruição por que passaram, ainda hoje há grupos inteiros que só falam sua língua terna, indígena. Há outros que já perderam sua língua e só falam português.” (Grupioni, et al., 1995, p.283).

A busca pela educação específica e diferenciada, que atenda as comunidades e não prejudique o seu convívio em povo, levou ao povo indígena a revitalização da cultura no Brasil. Havia a grande necessidade que a escola fosse conduzida por professores da comunidade, assim os impactos culturais são menores. Em grupos indígenas a educação é transmitida de geração a geração e os anciões assumem o papel principal, garantindo a sustentação da sobrevivência através das expressões culturais.

Com a implantação das escolas diferenciadas, foi possível as comunidades indígenas manter sua história viva, através das praticas e memorias dos anciões também em sala de aula. Pois os anciões são membros importantes para a preservação dos costumes, tradição e cultura.



A formação de índios como professores e gestores das escolas localizadas em terras indígenas é hoje um dos principais desafios e prioridades para a consolidação de uma Educação Escolar Indígena pautada pelos princípios da diferença, especificidade, do bilinguismo e da interculturalidade. É um consenso estabelecido que a escola indígena de qualidade só será possível se à sua frente estiverem, como professores e gestores, professores indígenas, pertencentes às suas respectivas comunidades. (GRUPIONI, 2006:50-51)

A educação escolar para o indígena tem como princípio não somente conhecer os saberes dos antepassados, como também reformular o que foi a colonização e existência dos povos, a partir de histórias antigas, memória e das formas de prática ritual que os alunos se tornam conhecedores do mundo.

A realidade educacional da sociedade indígena atravessa pontos de características históricas fundamentais para entender seu processo de sobrevivência de difusão da cultura indígena e da expansão pleiteada que, através de muitas lutas ganhou seu direito de obrigatoriedade na constituição de 1988.

Para isso, é necessário entender os processos que dificultam a disseminação dessa categoria no âmbito educacional e com isso as barreiras impostas tanto históricas quanto na questão da sociedade contemporânea, que se modifica e altera assim trazendo transformações no método e na inserção do ensino aos Indígenas.

Sendo assim, o processo de educação da comunidade Indígena tem, por obrigatoriedade, uma notoriedade que contrasta com a forma que este conhecimento é difundido tanto na sociedade indígena como na sociedade não indígena. Tal questão conflita com a realidade evidenciada na formação e, principalmente, na atuação do professor numa escola indígena no âmbito cultural, aonde detém até os dias atuais profissionais que não possuem uma formação voltada a educação especializada, fazendo disso uma dificuldade de correlação com a prática do ensino e as diferenças de culturas vivenciadas por suas diversidades.

Dessa forma, é instituído um planejamento de formação aos profissionais nessa área específica para a implementação de cursos formadores no ensino médio e superior, afim de capacitar esses profissionais para uma educação especializada voltada nessas escolas, trazendo também uma ampliação desses profissionais no mercado de trabalho.



Porém, a realidade contrasta com uma dificuldade dessa inserção através destes programas, aonde delimita as carências decorrentes da falta de investimento da educação especializada. Decorrente disso, observamos pontos falhos na proposta de integração da educação indígena em todas as comunidades que apresentam problemas na enorme quantidade de êxodo rural que, por consequência da falta dessas escolas e dos profissionais, fazem estes alunos ingressarem na rede municipal do Ensino acarretando uma perda de identidade e pertencimento, já que o contexto urbano é de uma característica diferente das comunidades indígenas aonde esses alunos estão inseridos, afetando assim seu desempenho escolar e estando exposto as discriminações e preconceitos em sala de aula. Esse dilema também mostra a importância e a necessidade de distinguir a diferença entre Educação escola indígena e Educação Indígena. No que diz respeito a primeira é voltado ao planejamento curricular especializado, com calendário estabelecido, carga horária, regimentos e estrutura. O segundo é o estudo de cada cultura indígena numa visão mais ampla, o que difere na questão da abordagem e torna-se algo mais caracterizado como uma parte do conteúdo, não estendendo toda sua complexidade e ambos trazendo consigo os direitos indígenas na sociedade.

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, 1988)

Formação do profissional de educação indígena na educação especializada

O avanço na educação decorrente das lutas evidencia a necessidade de haver um profissional da comunidade na liderança do aprendizado. Essa necessidade expõe que a educação nas comunidades indígenas seja feita através de um profissional inserido na realidade social e cultural de sua comunidade, afim de propiciar um desenvolvimento condizente e especializado que transforme e respeite as características de aprendizado da região, como explanado a seguir:



Há algum tempo atrás, os povos indígenas do Brasil acreditavam que a educação escolar era um meio exclusivo de aculturação e havia certa desconfiança e repulsa quanto à escolarização. Isto está mudando. Diante das necessidades de um mundo cada vez mais globalizado, os índios julgam que a educação escolar, quando apropriada por eles e direcionada para atender às suas necessidades atuais, pode ser um instrumento de fortalecimento das culturas e das identidades indígenas e um possível canal de conquista da desejada cidadania, entendida como direito de acesso aos bens e aos valores materiais e imateriais do mundo moderno. (BANIWA, 2006, p. 129)

Apesar de tal necessidade essa problemática vem caminhando em passos lentos no Estado de Alagoas. Apoiados pelo primordial apoio que a Universidade Estadual De Alagoas (UNEAL) junto a órgãos como o PROLIND, em 2015 foram postos no mercado de trabalho a primeira turma de indígenas com nível superior no Estado, o que abre uma série de discussões a respeito de como essa vertente da educação é tratada em Alagoas.

Esse dado expõe uma carência e um atraso no desenvolvimento curricular indígena no estado. Antes, a política do estado era limitada no âmbito de inserir o contexto indígena na grade curricular do município, o que acarretava numa descaracterização do índio em si e na dificuldade imposta deste em ingressar na academia científica. Passando desse desafio, a nova realidade desses profissionais qualificados na licenciatura especializada trás questões de como o Estado manuseará essa mão de obra qualificada no que diz respeito tanto quanto as oportunidades como atuação, exposta na questão dos concursos públicos voltados a esses profissionais como na expansão desses programas de desenvolvimento, afim de reestruturar o ensino e valorizar as características sociais, religiosas e culturais de suas comunidades indígenas.

PROLIND: marco importante para a formação do professor indígena

Como bem trabalhado no referido texto, a educação dos indígenas era de controle das missões religiosas/jesuítas, onde seu objetivo maior era de implantar a cultura europeia, já que os índios foram tidos como não civilizados diante do contexto da época. Após resistências e lutas travadas ao longo dos séculos, direitos foram



assegurados com a constituição de 1988. A partir dos anos 2000, a participação dos indígenas no nível superior começa a ter destaque. Surge então, programas voltados aos povos indígenas e negros.

No referido estudo, damos destaque ao PROLIND, pois de fato foi um programa criado com o intuito de formar profissionais/professores de origem indígena, já que não existia políticas públicas voltadas a população indígena até então. Antes da criação do PROLIND, o programa que trabalhava essa temática era diversidade na universidade (PDU) (2002 a 2007), onde proporcionou a abertura de caminhos para o nível superior.

O programa em questão foi o resultado da pressão da conferência de Durban, onde visava a luta por políticas públicas direcionadas a educação superior das classes mais discriminadas. Entretanto, o Diversidade na universidade, apesar de ter a base voltada aos índios e negros, serviu mesmo como uma espécie de ferramenta para a resolução dos problemas de cotas no Brasil.

Sendo assim, o dilema sobre o referido programa era que praticamente não existia espaço para a indígena buscar seu lugar na academia científica, só depois de várias reivindicações, surgiu nesse programa algum espaço para os indígenas serem inseridos no nível superior, porém ainda sim, não resolveria o problema em questão. Nesse contexto, o programa diversidade na universidade acabou tendo seus recursos direcionados ao programa PROLIND (2005 a 2007), onde o mesmo foi criado para financiar os cursos de licenciatura destinado aos professores de escolas indígenas.

As demandas necessárias sobre a ampliação da educação indígena levaram a essas discursões por parte da própria população indígena, que por não existir programas que tivessem um cuidado maior com tamanha necessidade, se viram limitados e sem chances de chegarem ao nível superior. Devido a essa realidade, em 2004, após vários debates sobre o referido tema, o MEC passa a criar uma comissão especial para a formação superior indígena (CESI) onde o mesmo foi responsável por cuidar das diretrizes políticas pedagógicas do PROLIND, em 2005.

Dentro da criação do PROLIND, podemos ter como uma regra básica para a entrada no programa o fato de que o candidato tenha que ser indígena, tendo ou não



alguma formação além do ensino fundamental. A preocupação com esse requisito, vem da seguinte questão: Para atuar na comunidade indígena, nada mais a apropriado, do que o indivíduo conhecedor da sua realidade e cultura local, com a oportunidade de expandir seus conhecimentos, através de uma formação melhor e desse modo, se colocar na posição de mediador diante dos conhecimentos da sua comunidade, juntamente com os saberes da educação ocidental. Portanto, com o indígena sendo o professor contribuirá para que o andamento da escola indígena melhore, pois é com o olhar do indígena que a escola é construída e moldada a sua comunidade.

UNEAL-palco para atuação do PROLIND

Como citado anteriormente, em Alagoas a necessidade de se ter um profissional/professor indígena com formação adequada era gritante, já que os profissionais atuantes na comunidade indígena possuíam somente magistério ou ensino médio ou até aquela minoria que buscará uma formação através de repartições particulares. Na época, a exigência diante da formação regular era que o profissional tivesse a formação superior, sendo assim, exigido nas escolas indígenas o mesmo critério. Dessa forma, com a atuação do programa PROLIND em diversos estados brasileiros com o intuito de expandir a formação superior indígena, o estado de Alagoas passa a implementar tal programa no seu território, após diálogos com as instituições locais, afim de decidir onde e como melhor atuar a formação em questão.

Diante dessa abordagem, o PROLIND ficou sendo responsabilidade da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL, com seu primeiro edital lançado em 2008 até 2010, as aulas ocorriam no campus III, que fica no município de Palmeira dos Índios, entre as sextas-feiras e sábados. Os cursos de licenciatura ofertados foram: Pedagogia, Artes, Literatura, Língua, Ciências Naturais, Matemática e Ciências Sociais. Contudo, a UNEAL proporcionou cerca de 80 graduandos nas respectivas áreas, no ano de 2015.



O impacto do programa, juntamente com a contribuição da Universidade de Alagoas foi de suma importância, através dessa união, a formação dos professores indígenas alagoanos pode ser de fato concretizada. Diante de as dificuldades que ocorreram ao longo do percurso do programa em Alagoas, isso não implicou na luta pela melhoria da formação do professor indígena alagoano.

Considerações finais

Diante do que foi exposto, considerando os fatores necessários que levaram a discussão da temática em questão, como direitos garantidos através da constituição brasileira ao longo do tempo, a implementação de políticas públicas eficientes e permanentes, que proporcionaram a formação adequada do professor indígena, em especial, o professor indígena alagoano. Torna-se visível e essencial uma maior atenção com essa problemática, o estado em si, apesar de caminhar lentamente, ainda faz pouco caso da população indígena alagoana se tratando da melhoria na educação e ampliação da mesma junto a essas comunidades. Contudo, a luta por melhorias nos programas como o PROLIND ou até mesmo o surgimento de políticas bem mais eficazes em relação ao assunto continua cabendo a população indígena nunca se omitir diante das problemáticas que estão por vir, fazendo jus a suas reivindicações e resistência ao longo do tempo.

Referências

BANIWA, G. (2006). **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Rio de Janeiro: LACED/Museu Nacional.

LEITE, Barbara Thays da Silva, (2017) **Prolind**: Sua contribuição para a formação superior indígena. TCC. Curso de Licenciatura em História. Universidade Estadual de Alagoas. Arapiraca- AL

LEITE, A.M.A BERGAMASHI, M.A. (2017). **Formação de Professores Indígenas no contexto do PROLIND**: A experiencia da Uneal. Artigo. Reunión de Antrpologia del Mercosur. Posadas.



SANTOS, G.S.M. (2015). **Os povos Indígenas e a Educação:** Reflexões sobre a construção da Educação Escolar Indígena Diferenciada na Legislação Educacional Brasileira. TCC. curso de Licenciatura Intercultural Indígena (PROLIND) em História. Universidade Estadual de Alagoas. Palmeira dos Índios.

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 05 de outubro de 1988. Disponível em <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/> . Acesso em 29 de abril de 2019

Deliberações da I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena - CONEEI em 2009. Disponível em <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br>. Acesso em 29 de abril de 2019.